

# boletim Informativo

Centro de Estudos

Diretoria de Documentação

ANO 4 - N. 2 – ABR./DEZ. 2022

## Destaques Procuradores



GOUVÊA, Eduardo de Oliveira. Direito administrativo concreto: estudos e pareceres. Juiz de Fora: Editar, 2022. 253 p. ISBN 978-65-86345-42-1.

343.07 G719d



OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de. A lei de responsabilidade fiscal e autonomia legislativa dos estados e municípios. **Revista da Procuradoria Geral do Município de Niterói - RPGMNIT**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 409-418, jun. 2022.

[CLIQUE AQUI](#)



OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A inconstitucionalidade do artigo 23-C da lei de improbidade administrativa. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 201, p. 76-88, set. 2022. [CLIQUE AQUI](#)

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende (Coord.). Nova lei de licitações e contratos administrativos: temas relevantes. Rio de Janeiro: Processo, 2023. 298 p. ISBN 978-65-53780-63-7.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; CARMO, Thiago Gomes do. O autossaneamento na nova lei de licitações e contratos administrativos. *In: Nova lei de licitações e contratos administrativos: temas relevantes*. Coordenação: Rafael Carvalho Rezende Oliveira. Rio de Janeiro: Processo, 2023. p. 239-263.

343.527 N935



OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; CARMO, Thiago Gomes do. Estado consensual e os desafios da inovação: sandbox regulatório como instrumento de experimentalismo controlado. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, ano 20, n. 76, p. 167-189, jan./mar. 2022. [CLIQUE AQUI](#)



SCHECHTER, Priscila Maria Danziger. A estabilização da tutela antecipada antecedente e a fazenda pública. **Revista da Procuradoria Geral do Município de Niterói - RPGMNIT**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 445-456, jun. 2022. [CLIQUE AQUI](#)



SCHMIDT, Gustavo da Rocha. O papel do ensino jurídico na formação de uma nova cultura de solução de litígios no Brasil. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, ano 19, n. 73, p. 167-194, abr./jun. 2022.

[CLIQUE AQUI](#)

## Artigos em Destaque

ALBANEZI, Thais Blumer. A possibilidade de tributação das atividades da economia digital pelo ISS à luz da constituição federal e a posição do STF acerca do tema. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 16, n. 91, p. 131-154, mar./abr. 2022.

[CLIQUE AQUI](#)

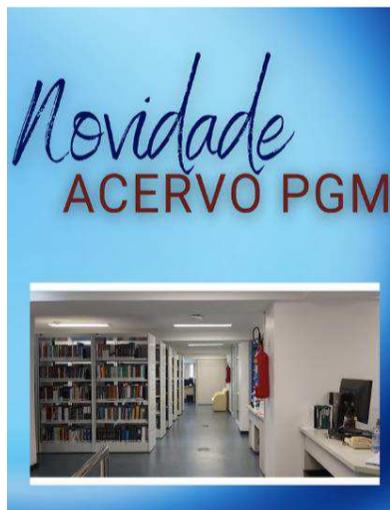
CARNEIRO, Juarez Domingues; CARNEIRO, Amanda Maciel; RAUPP, Fabiano Maury. Decadência e prescrição no direito civil e tributário brasileiros: uma análise da possibilidade de repetição de indébito em tributo prescrito. **Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, ano 16, n. 91, p. 113-130, mar./abr. 2022. [CLIQUE AQUI](#)

CARRO, Valter Gonçalves. A (i)legitimidade da competência municipal para exigir dos profissionais liberais a tributação do ISS sobre o valor da operação. **Revista de Estudos Tributários**, São Paulo, ano 24, n. 144, p. 67-88, mar./abr. 2022. [CLIQUE AQUI](#)

KNOPP, Maria Júlia Galvão. A supremacia do interesse público e os contratos da lei nº 13.303/2016. **Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP**, Belo Horizonte, ano 21, n. 245, p. 95-111, maio 2022. [CLIQUE AQUI](#)

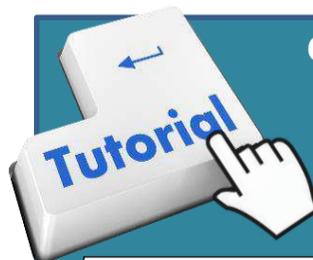
MIRANDA, Maurício Fernando Oliveira de. Desafios do controle interno municipal como instrumento democrático para o apoio ao cidadão no controle social. **Fórum Administrativo - Direito Público**, Belo Horizonte, ano 22, n. 259, p. 73-98, set. 2022. [CLIQUE AQUI](#)

NÚÑEZ NOVO, Benigno. Lei nº 14.365/2022: novas conquistas para advocacia. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, ano 24, n. 139, p. 58-65, set./out. 2022. [CLIQUE AQUI](#)



GESTÃO de funções públicas de interesse comum: o caso do saneamento básico e o leilão de concessão dos serviços prestados pela CEDAE. Organização de: Angela Moulin Simões Penalva Santos, Pedro Henrique Ramos Prado Vasques. Rio de Janeiro: Telha, 2022. 218 p. ISBN 978-65-5412-035-7.

343.53 G393



Como pesquisar livros, artigos de periódicos, pronunciamentos e legislação municipal no Informa Web.

[TUTORIAL ACERVO DE LIVROS CONSULTA INTERNET](#)

[TUTORIAL PUBLICAÇÕES \(DOCTRINA\) CONSULTA INTRANET](#)

[TUTORIAL PRONUNCIAMENTOS CONSULTA INTRANET](#)

[TUTORIAL LEGISLAÇÃO CONSULTA INTRANET](#)

## Artigos Nova Lei de Licitações e Contratos

- AMADO, Marcela do Amaral B. de Jesus. Agente de contratação como expoente de governança na nova lei de licitações. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, n. 81, jul./set. 2021. p. 209-218.
- BITTENCOURT, Sidney. A nova lei de licitações e a possibilidade de alterações dos preços registrados. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 199, 85-95, julho 2022.
- CHAVES, Luiz Cláudio de Azevedo. A comprovação de aptidão técnico-profissional na lei nº 14.133/2021. **Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP**, Belo Horizonte, ano 21, n. 245, p. 67-93, maio 2022.
- COPOLA, Gina. A contratação direta de advogado na nova lei de licitações. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 194, p. 46-53, fev. 2022.
- COPOLA, Gina. A desconsideração da personalidade jurídica na nova lei de licitações. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 193, p. 61-72, jan. 2022.
- DOTTI, Marinês Restelatto. A defesa de agentes públicos prevista na lei nº 14.133/2021. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 201, p. 60-75, set. 2022.
- FREITAS, Juarez. Nova lei de licitações e o ciclo devida do objeto. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 281, n. 2, p. 91-106, maio/ago. 2022.
- FURTADO, Madeline Rocha; VIEIRA, Antonieta Pereira. A lei de licitações nº 14.133/2021: velhos atores para uma nova lei, afinal quem licita e quem fiscaliza os contratos? **Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP**, Belo Horizonte, ano 21, n. 244, p. 71-85, abr. 2022.
- FURTADO, Madeline Rocha. A lei nº 14.133/2021 e a sustentabilidade nos processos de licitação e contratação pública: expectativa e realidade. **Zênite Fácil**, Curitiba, set. 2022.
- GODOY, Daniel Polignano. O regime de nulidades da lei nº 14.133: uma importante consolidação do estado da arte das nulidades no direito administrativo. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, ano 20, n. 77, p. 73-98, abr./jun. 2022.
- HUPSEL, EDITE MESQUITA. Reajustamento, repactuação e revisão: reequilíbrio econômico financeiro na lei nº 8.666/1993, na in nº 05/2017 e na lei nº 14.133/2021 - periodicidade, termo inicial e formalização. **Zênite Fácil**, Curitiba, jun. 2022.
- LEÃO, Ricardo R. Varjal Carneiro. Comentários iniciais à lei 14.133/2021 (nova lei de licitações e contratos administrativos): responsabilidade da administração pública pelos encargos trabalhistas dos contratados. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 111, v. 1040, p. 19-30, jun. 2022.
- PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. A teleologia da exigência de estudo técnico preliminar na fase preparatória: do processo de contratação, nos termos da lei nº 14.133/2021. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 199, p. 15-19, julho 2022.
- NARDONE, José Paulo. Desafios e oportunidades do primeiro ano da nova lei de licitação e contratos. **Zênite Fácil**, Curitiba, jun. 2022.
- NÓBREGA, Marcos; OLIVEIRA NETTO, Pedro Dias de. O seguro-garantia na nova lei de licitação e os problemas de seleção adversa e risco moral. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 281, n. 1, p. 185-205, jan./abr. 2022.
- RIGOLIN, Ivan Barbosa. Algumas vantagens da nova lei de licitações. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 194, p. 33-45, fev. 2022.
- RIGOLIN, Ivan Barbosa. Dispensa e de inexigibilidade de licitação. Todas as hipóteses são normas gerais também na nova lei de licitações. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 194, p. 9-20, fev. 2022.
- RIGOLIN, Ivan Barbosa. Licitação na nova lei: a) pregão; b) indicação de marcas. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 202, p. 42-50, out. 2022.
- RIGOLIN, Ivan Barbosa. Licitação. Participantes vinculados entre si. Fato irrelevante. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 194, p. 21-32, fev. 2022.
- RIGOLIN, Ivan Barbosa. Uso de bem público: concessão, permissão e autorização - na lei nº 14.133/2021. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 201, p. 40-48, set. 2022.
- SAADE, Mário. A lei nº 14.133 e o procedimento de manifestação de interesse (PMI): sugestões sobre sua utilização. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, ano 20, n. 76, p. 159-166, jan./mar. 2022.
- SANTOS, José Anacleto Abduch. Alterações contratuais na nova lei de licitações. **Zênite Fácil**, Curitiba, jun. 2022.
- TOLENTINO, Ana Amélia Maestracci de. Diálogo competitivo na lei Nº 14.133/2021 e o princípio da impessoalidade. **Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP**, Belo Horizonte, ano 21, n. 245, p. 13-29, maio 2022.

[CLIQUE AQUI](#)

## Artigos Lei Geral de Proteção de Dados

- CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. A LGPD e a inadequação da administração direta e indireta de estados e municípios: o acórdão 1.384/2022 do TCU e a "espada de dâmocles". **Zênite Fácil**, Curitiba, set. 2022.
- CORDEIRO, Maria Eugenia Batista; FRANÇA, Vladimir da Rocha. A positivação do direito à proteção de dados como direito e garantia fundamental. **Interesse Público - IP**, Belo Horizonte, ano 24, n. 133, p. 45-61, maio/jun. 2022.
- HUPSEL, Edite; AGUIAR, Risane; LAGO FILHO, José Ângelo. Lei geral de proteção de dados pessoais e o direito à obtenção de cópia de processo administrativo. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, ano 20, n. 76, p. 149-158, jan./mar. 2022.
- LIMBERGER, Têmis. Lei geral de proteção de dados (LGPD) e a lei de acesso à informação pública (LAI): um diálogo (im)possível? As influências do direito europeu. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 281, n. 1, p. 113-144, jan./abr. 2022.
- ROCHA, Willian Alessandro; STOCCO, Eduardo Santoro. Vigilância digital e lei geral de proteção de dados. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, ano 32, n. 394, p. 88-110, abr. 2022.
- SILVA, Evandro Soares da; MARQUES, Vinicius Pinheiro. Repercussões da lei geral de proteção de dados à tutela dos direitos fundamentais da privacidade e proteção de dados na era digital. **Revista Brasileira de Direitos Humanos**, Porto Alegre, ano 11, n. 42, p. 69-93, jul./set. 2022.
- VILELA, Ana Carolina Alves Dantas; LAIA, Fabiana da Silva; VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. A efetividade da lei geral de proteção de dados pessoais para a tutela do direito ao esquecimento. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 111, v. 1040, p. 175-194, jun. 2022.

[CLIQUE AQUI](#)[CLIQUE AQUI](#)[CLIQUE AQUI](#)[CLIQUE AQUI](#)[CLIQUE AQUI](#)[CLIQUE AQUI](#)[CLIQUE AQUI](#)

## Artigos Nova Lei de Improbidade Administrativa

- ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de; BARBOSA, Wanderson Rangel. A improbidade administrativa no ordenamento brasileiro: o rito da ação de improbidade e os desafios da atualidade. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 196, p. 16-39, abr. 2022.
- CASTRO, Renato de Lima. Atos de improbidade administrativa que violam os princípios da administração pública: as alterações da lei nº 14.230/21 e sua incompatibilidade com a constituição federal. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, n. 83, p. 125-138, jan./mar. 2022.
- COPOLA, Gina. A indisponibilidade de bens na nova lei de improbidade administrativa. **Fórum Administrativo - Direito Público**, Belo Horizonte, ano 22, n. 254, p. 59-69, abr. 2022.
- COPOLA, Gina. Aplicação da prescrição da nova lei de improbidade às ações em curso. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 202, p. 33-41, out. 2022.
- COPOLA, Gina. O nepotismo na nova lei de improbidade administrativa. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 199, p. 9-14, julho 2022.
- COSTA JÚNIOR, Álvaro Luiz Miranda; FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. A lei de improbidade administrativa no tempo e a repercussão imediata das alterações promovidas pela lei nº 14.230/2021. **Fórum Administrativo - Direito Público**, Belo Horizonte, ano 22, n. 253, p. 13-35, mar. 2022.
- GABRIEL, Ivana Mussi; Calçado, Gustavo. Novo marco legal da improbidade administrativa no Brasil: questão de alta transcendência. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, ano 20, n. 76, p. 31-41, jan./mar. 2022.
- GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel; RODRIGUES, João Paulo Souza; BORGES, Sabrina Nunes. Retroatividade da nova lei de improbidade administrativa: propostas para o tratamento adequado da lei 14.230/2021 sobre processos em curso. **Revista de Processo**, São Paulo, ano 47, n. 329, p. 339-368, jul. 2022.
- HARADA, Kiyoshi. A aplicação da nova lei de improbidade administrativa no tempo. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 202, p. 9-15, out. 2022.
- MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. A nova lei de improbidade administrativa e o reflexo no âmbito do direito eleitoral. **Fórum Administrativo - Direito Público**, Belo Horizonte, ano 22, n. 256, p. 85-93, jun. 2022.
- MUKAI, Sylvio Toshiro. Alterações da lei de improbidade administrativa e decisões do Supremo Tribunal Federal. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 202, p. 16-23, out. 2022.
- NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa e prescrição: apontamentos sobre a reforma legislativa. **A&C Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, ano 22, n. 88, p. 177-200, abr./jun. 2022.
- OLIVEIRA, Márcio Berto Alexandrino de. Breves comentários sobre as alterações na lei de improbidade administrativa. **Fórum Administrativo - Direito Público**, Belo Horizonte, ano 22, n. 253, p. 53-66, mar. 2022.
- PRADO, Fabiana Lemes Zamalloa. A indisponibilidade de bens na nova lei de improbidade administrativa. **Fórum Administrativo - Direito Público**, Belo Horizonte, ano 22, n. 254, p. 35-58, abr. 2022.
- ROMANO, Rogério Tadeu. Reflexões com relação à retroatividade da nova lei de improbidade administrativa. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 202, p. 24-32, out. 2022.
- ROMANO, Rogério Tadeu. Uma hipótese de aplicação da nova lei de improbidade administrativa e o direito intertemporal. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, ano 17, n. 197, p. 80-89, maio 2022.
- WANIS, Rodrigo Otávio Mazieiro. A insustentabilidade sistêmica do art. 17-D da nova lei de improbidade administrativa: a criação de uma ação sui generis e o retrocesso protetivo de suas consequências. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, n. 83, p. 149-170, jan./mar. 2022.

[CLIQUE AQUI](#)[CLIQUE AQUI](#)

# PALESTRAS DO CES

✚ 14/06/2022

[A implementação da nova Lei de Licitações no Município](#) – Dr.ª Raphaelle Costa.  
[Prescrição e execução fiscal](#) - Dr.ª Ângela Medeiros Ramos.

✚ 21/06/2022

[Precatórios após as ECs 113/21 e 114/21](#) - Dr. Marcelo Leite  
[Responsabilidade Civil do Estado](#) - Dr. Leonardo Melo

✚ 28/06/2021

[A responsabilidade tributária dos sócios e o redirecionamento da execução fiscal](#) - Dr.ª Beatriz Soares  
[Orçamento Secreto como instrumento de desarmonia entre os poderes](#) – Dr. Renato Souza Ferraz Filho

✚ 27/09/2021

[Constituição do crédito tributário e decadência](#) – Dr.ª Mariana Correia

✚ 04/10/2022

[O paradigma democrático da liberdade de expressão: riscos e possibilidades](#) – Dr. Rafael Cascardo

✚ 11/10/2022

[Regulação e serviços públicos](#) – Dr. Thierry Mougenot Bonfim

## AULAS - CURSO

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos



## AULAS - CURSO

Reforma da Lei de Improbidade Administrativa



## AULAS - CURSO

Novo Marco Legal do Saneamento Básico



## AULAS - CURSO

LGPD no Setor Público



## AULAS - CURSO

Temas Atuais de Tributação Municipal



**CONGRESSO  
DIREITO  
MUNICIPAL,  
INOVAÇÃO E  
ENTRETENIMENTO**

PLAYLIST  
COMPLETA



**Diretor do Centro de Estudos:** Rafael Carvalho Rezende Oliveira

**Diretora da Diretoria de Documentação:** Vania da Silva Blanco da Costa

### Equipe Técnica

Andréia Martins  
Maridete Motta

Amanda Wendy (Estagiária de Biblioteconomia)  
Ana Beatriz Vieira (Estagiária de Biblioteconomia)  
Inglethe Gomes (Estagiária de Biblioteconomia)